

Dívida pública estoura meta em R\$ 4,7 bi

Lindauro Gomes/AE

Em novembro, débito alcançou R\$ 517,62 bilhões, equivalente a 47,7% do PIB

BRASÍLIA – A dívida líquida do setor público alcançou, em novembro, R\$ 517,62 bilhões, equivalente a 47,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Embora menor do que a dívida apurada em outubro, de R\$ 519,097 bilhões, correspondente a 48,8% do PIB, a dívida líquida do setor público está, em valores absolutos, fora da trajetória básica prevista com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Por essa trajetória, a dívida deveria estar, em termos absolutos, em R\$ 512,938 bilhões em novembro. Esse valor foi ultrapassado em outubro. Para dezembro a meta indicativa é de R\$ 513,518 bilhões. O chefe do Departamento Econômico do Banco Central (Deprec), Altamir Lopes, não quis prever o cumprimento da meta indicativa com o FMI para dezembro.

“Não estamos preocupados com isso porque é apenas uma meta indicativa”, disse Lopes explicando que o fato de o País não conseguir cumpri-la não implicará nenhuma penalidade.

Para Lopes, o que conta é a relação com o PIB, que vem caindo desde agosto, quando chegou a 50,1%. Em dezembro, afirmou, essa relação es-



Altamir Lopes, do BC: “Não estamos preocupados com isso”

tará menor do que a verificada em novembro, de 47,7%, o que é um indicativo seguro de que a relação da dívida com o PIB caminha para a estabilidade prevista, de 46,5% do PIB no fim de 2001.

NÃO HÁ
PENALIDADE SE
OBJETIVO FOR
DESCUMPRIDO

Em dezembro, a dívida mobiliária fora do Banco Central totalizou R\$ 414,9 bilhões (37,6% do PIB), com elevação de 0,57% em relação ao mês anterior. O aumento de R\$ 2,3 bilhões foi consequência, basicamente, de emissões líquidas de títulos no valor de R\$ 3,7 bilhões, uma vez que houve apropriação de receita de juros de R\$ 1,5 bilhão, por conta da valorização cambial de 6,9% no mês.

A participação dos papéis indexados ao câmbio, no to-

tal da dívida mobiliária federal, caiu de 26% para 24,2% por causa, principalmente, da valorização cambial.

A participação dos títulos indexados ao Over/Selic passou de 59,3% para 61,1% do total da dívida mobiliária, consequência de colocações líquidas. Já os papéis prefixados tiveram sua participação reduzida de 11,3% para 9,2% por causa dos resgates líquidos de Letras do Tesouro Nacional (LTN).

No mês passado, o prazo médio dos títulos federais emitidos em oferta pública elevou-se de 8,5 para 8,6 meses. Para essa elevação contribuíram os papéis do BC, que tiveram o prazo médio alongado de 10,30 para 11,05 meses, o mais alto da série que vem sendo divulgada pelo BC desde 1996. Os papéis de responsabilidade do Tesouro apresentaram redução de 8,1 para 7,9 meses. (V.C.)